

Greve afeta o brasiliense

RENATO ARAÚJO

Manuela Borges

Cerca de quatro mil policiais deverão paralisar suas atividades a partir de hoje, às 8h. É o que promete o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do DF (Sinpol), Wellington Luiz Sousa da Silva. Segundo ele, a categoria entendeu, em assembléia realizada na sexta-feira, que o Governo do Distrito Federal não está se movimentando para enviar à Casa Civil o pedido de edição da Medida Provisória que corrige o Fundo Constitucional do Distrito Federal em 14,14%.

Este fundo é responsável pelo pagamento dos salários dos servidores da segurança pública da capital. Só a partir desta correção que o reajuste de 14%, reivindicado pela classe, seria repassado aos salários dos policiais. "Mais de 1.200 sindicalizados participaram da assembléia e ficou decidido que, a partir de segunda-feira (hoje), apenas 30% do efetivo vai continuar trabalhando", afirma Wellington.

O diretor-geral da Polícia Civil, Cléber Monteiro, acha estranho a sinalização de que 70% da categoria vai parar. Ele acredita que a corporação não vai aderir a greve em peso. "Ouvi dizer que na assembléia só apareceram 300 policiais em um universo de 7.500 entre os que estão na ativa e os aposentados. A vontade da minoria não representa a posição da classe. Acredito no bom senso dos policiais. Agora é esperar para ver

qual o posicionamento que será tomado", acrescenta Monteiro.

Em evento de comemoração dos 10 anos da faixa de pedestre no DF, no Parque da Cidade, o governador José Roberto Arruda disse que foi pego de surpresa com o anúncio da greve. "Historicamente, sempre defendi a classe. E é justamente isto que irei fazer na reunião marcada para a próxima quarta-feira com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Vamos conversar sobre o reajuste salarial dos policiais militares, civis e bombeiros."

■ Cunho político

Para ele, a greve só pode ter cunho político, porque, no ano passado, a categoria esperou até o meio do ano para se mobilizar e aguardou com paciência as negociações que aumentaram em 18% os vencimentos da classe. "Estou aberto a conversa e a negociações. O que não dá é para a população ficar sem os serviços da Polícia Civil", avalia. O diretor Cléber Monteiro pensa o mesmo. "Esta greve não tem justificativa. O governador Arruda já se posicionou a favor dos policiais e irá à Casa Civil, justamente para discutir o assunto. Para mim, esta greve tem um cunho político de interesses sindicais", acredita o diretor.

Para o presidente do Sinpol, porém, a greve da categoria não é precipitada, mesmo já estando anunciada a reunião entre o governador Arruda e a ministra Dilma Rousseff, para discutir o reajuste dos policiais militares,



■ POLICIAIS CIVIS DECIDIRAM PELA GREVE EM ASSEMBLÉIA REALIZADA NA SEXTA-FEIRA, NO PARQUE DA CIDADE: ELES PEDEM REAJUSTE DE 14%

civis e bombeiros do DF.

"Só queremos que o governador faça o encaminhamento ao Governo Federal, que já deveria ter sido feito desde do dia 31 de janeiro, como o ex-governador fazia. Nós resolvermos parar, porque não há sinalização de que o Arruda fará o encaminhamento para a Casa Civil. O que nos foi passado é que ele irá apenas discutir os reajustes, sem uma promessa concreta", enfatiza o Wellington.

Segundo ele, as negociações

do aumento são feitas em duas etapas. Uma com o GDF e a outra com o Governo Federal. "Se o Arruda fizer o pedido, acaba a greve na hora. E aí, a negociação passa a ser na esfera federal", explica. De acordo com Wellington, no ano passado o encaminhamento foi feito em janeiro, mas o aumento só saiu em setembro. "Por isso, nos preocupamos desde já. O trâmite para o reajuste dos nossos salários é muito demorado."

Para uma agente da Polícia

Civil que não quis se identificar, embora muitos de seus colegas tenham sinalizado que irão aderir à greve, ela continuará a trabalhar nas investigações que estão em curso. "Somos uma corporação que presta serviços essenciais à sociedade. Quando há greve, o principal afetado é a população. O atendimento ao público fica parcialmente paralisado, para que a sociedade sofra e isso chame a atenção da mídia. A greve sempre atinge o ponto mais fraco, que neste caso

é a população", enfatiza.

O presidente do Sinpol alerta que as delegacias e o Instituto Médico-Legal só irão atender os crimes de maior potencial ofensivo. "Os cadáveres serão removidos e os exames de estupro e de lesão corporal com tentativa de homicídio continuarão a funcionar", diz. Segundo ele, os cerca de 2 mil policiais que deverão continuar na ativa farão a segurança das instalações físicas da corporação, mas não atenderão às ocorrências corriqueiras.